

MITOS, TRAUMAS E UTOPIAS: DINAMISMOS DA HISTÓRIA PORTUGUESA E RECEPÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO

Roberto Nunes Bittencourt
Doutor em Letras Vernáculas pela UFRJ

Resumo: Tomando como aporte teórico as leituras de António de Macedo, Dalila Pereira da Costa, Gilbert Durand, Lima de Freitas, Eduardo Lourenço e Sérgio Franclim, este artigo realiza um estudo dos principais vetores da mitologia portuguesa, pensando seus traumas, mitos e utopias, discutindo de que maneira tais vetores se circunscrevem no universo literário.

Palavras-chave: Mitologia portuguesa; Imaginário; Literatura

Abstract: Taking as a theoretical basis of the readings of António de Macedo, Dalila Pereira da Costa, Gilbert Durand, Lima de Freitas, Sergio Franclim and Eduardo Lourenço, this article presents a study of the major vectors of Portuguese mythology, thinking their traumas, myths and utopias, discussing how such vectors are confined in the literary universe.

Keywords: Portuguese Mythology; Imaginary; Literature

Seria por demasiado simples dizer que a História trata do passado humano. É isso, mas não somente. Para o estudo que hora se realiza, toma-se como referência o pensamento de Lima de Freitas, quando diz que “aquilo a que se chama ‘história’ vai entendido como figuração ou atualização do ‘imaginário’, e, portanto, como o efêmero e o circunstancial de um permanente, *semper et ubique*, que nenhuma história de meros fatos e acontecimentos poderá jamais circunscrever” (FREITAS, 2006, p. 32-34).

Cada momento cultural tem certa densidade mítica em que se combinam e se embatem diferentes mitos. Pensa-se, assim, na relação biunívoca que a Literatura mantém com o imaginário de um povo através dos motivos literários que muitas vezes estão entre os grandes ícones por meio dos quais uma nação se auto-representa. Nesta perspectiva, pensa-se como Octavio Paz, para quem “a História é o lugar de encarnação da palavra poética” (PAZ, 1982, p. 227), numa alusão ao fecundo encontro entre a obra literária e o seu tempo. É algo semelhante ao que postula Mircea Eliade ao pensar nas relações entre História e Mito, quando diz que o mito é sempre fortalecido pelo campo histórico e não por ele aniquilado ou vencido:

Só com a descoberta da História [...], só através da assimilação radical deste novo modo de ser representado pela existência humana no mundo foi possível ultrapassar o mito. Mas não é certo que o pensamento mítico tenha sido abolido [...] Ele conseguiu sobreviver, embora radicalmente modificado [...] e o mais curioso é que ele sobrevive, sobretudo na historiografia (ELIADE, 1989, p. 27).

Para Eliade, também, é justamente a presença de Imagens e de Símbolos que conserva as culturas ‘abertas’, para, então, concluir que

MITOS, TRAUMAS E UTOPIAS: DINAMISMOS DA HISTÓRIA PORTUGUESA E RECEPÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO

Roberto Nunes Bittencourt

As situações-limite do homem são perfeitamente reveladas graças aos símbolos que sustentam estas culturas. Se se negligenciar este fundamento espiritual único dos diversos estilos culturais, a filosofia da cultura será condenada a ficar como um estudo morfológico e histórico, sem nenhuma validade para a condição humana em si. (ELIADE, 1989, p. 173)

O ano de 1139 marca o início fundacional de Portugal. O verdadeiro significado histórico deste momento, porém, vai muito além do que pensar na data de um país que está para celebrar novecentos anos de independência nacional. Pensar no Portugal de hoje é voltar, sobretudo, à sua pré-História, e é justamente a esses tempos imemoriais que muitos estudiosos têm devotado suas leituras, indo às origens da Lusitânia e, partindo delas, compreendendo o todo nacional, encontrando a essência de Portugal e de seu povo¹. José Mattoso acentua a importância do estudo dos símbolos, das insígnias e dos rituais para compreender as conexões, as ideias e as representações mentais dos homens da Idade Média. Estes elementos, incompreendidos e até desprezados pela historiografia positivista dos séculos XIX e XX, revelam-se, afinal, altamente significativos (MATTOSO, 1993, p. 229). O apontamento do historiador José Mattoso, tendo em vista as historiografias modernas, por demais críticas e apegadas às fontes escritas, é muito significativo; é nesse contexto que o autor faz uma crítica à mentalidade de que só é científico o fazer histórico que se pauta em documentos escritos. Quanto a isso, já apontava Ernst Cassirer, no seu *Ensaio sobre o Homem*, ao dizer que

Na sua busca da verdade, o historiador está sujeito às mesmas estritas regras que o cientista. Tem de utilizar os métodos de investigação empírica. Tem de coligir todos os testemunhos disponíveis e comparar e criticar as suas fontes. Não lhe é permitido esquecer ou desprezar qualquer fato importante. Não obstante, o ato último e decisivo é sempre um ato de imaginação produtora (CASSIRER, 1994, p. 171).

Imaginação não adquire, para Cassirer, o sentido de *fantasia*, mas é um motor psicológico capaz de animar o percurso histórico da humanidade. E é por meio desse conceito que se estabelece uma perspectiva de captação semântica dos símbolos, das

¹ É complexo – e mesmo bastante difícil – conceituar *povo*, como atestam os próprios antropólogos. Neste trabalho, tomamos a palavra com o sentido de *identidade coletiva*.

insígnias e dos rituais do Portugal Mítico. Assim, há que se pensar para além de um materialismo histórico e pensar no lado oculto e simbólico da História de Portugal, através das diversas ordens iniciáticas que por lá se instalaram, além das interpretações da mitologia, do misticismo e das doutrinas religiosas que influenciaram a Península Ibérica. Isso sem contar no rol de nomes que, por vezes, transcendem a esfera histórica e incorporam uma aura mítica, como Viriato e o mito da antemanhã, o herói libertador; D. Afonso Henriques e o Milagre de Ourique, como mito fundador, apontando para o providencialismo, que se consolidando com os descobrimentos, nos séculos XV e XVI; e, mais ainda, com o sebastianismo e a União Ibérica, advindo, daí, a construção do mito do Quinto Império.

Por isso é que se constata a necessidade de um estudo para além dos dados cronológicos e interpretações simplistas, mas buscar a realidade viva e simbólica da História e dos fatos que dela se originaram, compreendendo que uma análise histórica se dá mais do que pela leitura de documentos coevos, estudos fósseis ou interpretações de artefatos, mas pela leitura do pensamento mágico ancestral.

Ao longo do tempo, o espaço físico de Portugal sofreu a influência externa de várias culturas, desde épocas mais remotas. Assim, há que se compreender os iberos originais e a sua tradição mágica, bem como o nascimento, apoteose e decadência de povos posteriores, como os celtas, os cartageneses, os fenícios e os romanos, além da tradição cultural árabe, como povos de grande contributo para aquilo que Portugal é e que pode, muito ainda, ser notado, sobretudo, nas regiões mais interiores, em que as tradições populares sobrevivem e teimam em não desaparecer, resistindo à força do tempo e cuja preservação é fundamental para a própria noção de Portugal. Para dizer com – e como – Nietzsche,

Um povo – como de resto também um homem – vale precisamente tanto quanto é capaz de imprimir em suas vivências o selo do eterno: pois com isso fica como que desmundanizado e mostra a sua convicção íntima e inconsciente acerca da relatividade do tempo e do significado verdadeiro, isto é, metafísico, da vida (NIETZSCHE, 1993, p. 137)

Por isso à História, normalmente dividida em quatro pilares – religioso, militar, econômico e social – deve-se acrescentar, também, o mítico, como narrativa dos ciclos da existência humana. No que diz respeito a Portugal, ler sua História Oculta é uma forma de compreender o passado, entender o presente e pressentir o futuro de um povo que está situado a sudoeste da Europa, na zona Ocidental da Península Ibérica, possui uma

MITOS, TRAUMAS E UTOPIAS: DINAMISMOS DA HISTÓRIA PORTUGUESA E RECEPÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO

Roberto Nunes Bittencourt

área total de 92 090 km², e é a nação mais ocidental do continente europeu, sendo delimitado a norte e a leste por Espanha e a sul e oeste pelo Oceano Atlântico, mas que é mais que tudo isso.

Deve-se, portanto, percorrer Portugal ao encontro dos seus símbolos, suas tradições e seus lugares mágicos, considerados verdadeiros tesouros nacionais, que certamente merecem ser estudados, interpretados e sentidos, seja à luz da antropologia ou mesmo da tradição esotérica, para desvendar a “Alma Secreta de Portugal”, como o diz Paulo Alexandre Loução (2002).

A História pode ser entendida como uma atualidade permanente – em que o passado é grande espelho no qual se reflete a imagem do futuro – e, portanto, há que se saber consultar o passado para que as experiências postas diante dos olhos sirvam como exemplos para que se projete o novo quadro histórico que se quer reproduzir. Quanto a isso, um salutar diálogo pode ser estabelecido entre o campo histórico e o literário.

O que se quer dizer com isso é que cabe, também à literatura, a leitura, interpretação e propagação de muitas “células mitológicas” (LÉVI-STRAUSS, 1987) que persistem no imaginário coletivo. Para Eduardo Lourenço, a Literatura é “antes o espelho infinitamente reflectido do sentimento de nós mesmos, dos outros e do mundo como ávido de maior realidade e verdade que só imaginá-las inventa para que possamos suportar a existência na sua opacidade e fulgurância absoluta” (LOURENÇO, 2003, p. 5), o que corrobora a ideia de que o texto literário é um veículo de conhecimento de uma dada época.

O imaginário mítico dos portugueses encontra profundas raízes nos tempos pré-nacionais e pré-cristãos, de tal maneira que se pode perceber uma série de marcas culturais tais como a celta-lusitana, a indo-europeia, a megalítica e a greco-latina, culturas ancestrais cujos traços marcam o homem primordial português. É o que leva Gilbert Durand, numa entrevista a Paulo Alexandre Loução, a sentenciar que “Portugal possui em abundância todos os mitos da Europa” (DURAND, 2008, p. 14). Neste sentido é que o antropólogo do imaginário percebe Portugal como uma “reserva” do universo mítico europeu, constituindo “o paradigma da identidade criada e mantida por um povo ao longo do processo de desenvolvimento das suas imagens fundadoras” (DURAND, 2008, p. 133). Ainda, para Gilbert Durand,

A história não explica o conteúdo mental arquetípico, pertencendo a própria história ao domínio do imaginário. E sobretudo em cada fase histórica a imaginação encontra-se presente inteira, numa dupla e antagonista motivação: pedagogia da imitação, do imperialismo das imagens e dos arquétipos tolerados pela ambiência social, mas também fantasias adversas da revolta devidas ao recalçamento deste ou daquele regime de imagem pelo meio e o momento histórico. (DURAND, 2002, p. 390)

A “linguagem” do imaginário, nesse contexto, revelará, interpretará e manipulará as modalidades de atuação e compreensão do ser no mundo. Pode-se, assim, dizer que o imaginário é o principal instaurador das diferentes formas de pensar, sentir e agir. Para Gilbert Durand, portanto, é através da troca incessante entre as pulsões subjetivas (biopsíquicas) e as intimações objetivas (cósmico-sócio-culturais) que se processa o “trajeto antropológico”. Ou seja, o dinamismo equilibrador que possibilita ao homem enfrentar ou eufemizar a angústia relacionada à consciência do tempo que passa e da morte. Dirá, então, que “uma sociedade caracteriza-se pelas variações sofridas pelas grandes imagens tradicionais e míticas. [...] Conhecer esses mitos é de uma importância capital para penetrar nas orientações mais profundas duma sociedade” (DURAND, 2002, p. 13).

E é verdade se, ao considerar a imagem primordial, o modelo das origens do homem arcaico português, pensar-se nos traços presentes, sobretudo nos meios rurais, da sacralidade da Natureza, onde se manifesta o numinoso. Ou, outro traço marcante, a influência da divindade celta Lug, o Mercúrio gaulês, como lhe chamou Júlio César. No medievo, as Saturnais Paracléticas – como síntese das tradições pré-cristãs e do cristianismo espiritual – renasceram através do Culto Português do Espírito Santo.

O culto do Espírito Santo foi instituído em Portugal pelo rei D. Dinis, cuja decisão contou com a decisiva influência da rainha Isabel, sua esposa. Ligado ao culto do Espírito Santo, há a ideia profética e joaquimista do Império Universal e à esperança escatológica, tão cara ao padre António Vieira, da proximidade do Quinto Império ou Terceira Idade do Mundo, a Idade do Espírito Santo. Conforme destaca Jaime Cortesão (1990), o culto ao Espírito Santo foi, durante os séculos XIV e XV e primeira metade do XVI, uma das mais fervorosas devoções da família real, além de ser o culto popular mais difundido em Portugal.

Especialista na investigação e no estudo das religiões comparadas, de esoterologia, de História da Filosofia, António de Macedo, em entrevista à revista

MITOS, TRAUMAS E UTOPIAS: DINAMISMOS DA HISTÓRIA PORTUGUESA E RECEPÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO

Roberto Nunes Bittencourt

Lusophia, aponta que todo o problema da portugalidade está num reencontrar das origens:

[...] estou totalmente de acordo com a ideia do Franclim da “verticalização da Lusitânia”. Tudo ocorreu naturalmente. As pessoas começaram a chamar Lusitânia a Portugal... Portugal tem uma missão espiritual, mas sobretudo misteriosa. E há bastante gente que está em Portugal a encontrar os mitologemas portugueses e a linha tradicional própria da portugalidade, que, a partir do século XVII, se distanciou bastante da europeia, até, então, existia uma linha esoterológica comum. Com a Inquisição, com o surgimento do rosacrucianismo, a nossa linha iniciática quebrou-se da corrente iniciática. Depois do culto do Império e do Divino Espírito Santo veio o Bandarra; no século XVII, tivemos o gigantesco Vieira, que acompanhou o século XVII todo. Ele foi buscar o mito do Quinto Império ao profeta Daniel e a Frei Gil de Santarém. Então, ficámos com os mitos diferentes: o bandarrismo, o Quinto Império, o Sebastianismo e as festas do Espírito Santo (MACEDO, 2003)

A leitura de Macedo em muito se aproxima do pensamento de Teixeira de Pacoaes, quando, numa perspectiva mítica de interpretação da “História Oculta” de Portugal, afirma que

É preciso que o povo encontre o culto religioso dos seus Avós – daquela alma primitiva que, dentre a confusão das raças da Ibéria, ergueu bem alto a sua presença livre e inconfundível – primeiro na figura homérica de Viriato e depois em D. Afonso Henriques, esse rude estatuário de uma Pátria que as últimas gerações têm mutilado (PASCOAES, 1997, p. 83).

De grande contributo para os estudos do fundo mítico-espiritual que se mantém vivo na cultura portuguesa foi o *Colóquio Internacional Imaginário Cavaleiresco e Conquista do Mundo*, realizado em Tomar, de 16 a 23 de abril de 1983. Uma série de investigações científicas abordou a riqueza espiritual lusitana, como, por exemplo, as comunicações de Durand e Lima de Freitas. Ambos, inclusive, com profícua amizade, debatendo as mais diversas imagens recorrentes do imaginário português. Os trabalhos apresentados durante o *Colóquio* discorreram, portanto, sobre temas que tocam fundo a consciência nacional: a cavalaria espiritual, o ciclo arturiano, os Templários, a Demanda do Preste João, o mito do Quinto Império e os mitos femininos.

Em seu texto intitulado “A demanda portuguesa do Preste João e o Graal”, Lima de Freitas, ao abordar o mais rico tema da cavalaria espiritual² e de sua importância para a história portuguesa, destaca, justamente, que “o tema pertence ao número daqueles em que inúmeros fios se cruzam num novelo labiríntico em que o ‘imaginário’ prevalece sobre o que os historiadores designam por ‘real’, como a seiva determina a casca” (FREITAS, 2006, p. 27).

Assim, com os vazios históricos, com fatos imprecisos, documentos escassos – a casca de que fala Lima de Freitas –, assume maior importância o sentido profundo em que os fatos se organizam – a seiva, o mito – e o significado que trazem em si. É neste contexto que o estudioso das tradições imaginárias em Portugal pensa a história para além de um tecido de relações de produção. Aponta, ainda, para um “estranho silêncio que pesa sobre as coisas portuguesas” (FREITAS, 2006, p. 28).

A riqueza da tradição mítica em Portugal parece estar guardada como um tesouro oculto. Afinal, há uma ausência quase total de referências aos mitos mais relevantes da mitologia portuguesa ou, ainda, aos Templários portugueses e aos seus continuadores, os cavaleiros da Ordem de Cristo, que partiram na demanda do reino de Preste João. Nem René Guénon – cujos estudos abordaram, por exemplo, os Templários, além de um livro inteiro dedicado ao Rei do Mundo, sequer se refere aos cavaleiros portugueses da Ordem de Cristo – ou Evola – que, em seu *O mistério do Graal*, sequer se refere à cavalaria portuguesa nas várias páginas dedicadas ao Preste João e ao seu reino lendário. E mesmo Mircea Eliade, que viveu em Lisboa parte de sua vida, lecionando por lá, em seu *Aspectos do mito* dedica algumas páginas do capítulo “Sobrevivências do mito” à crença num Imperador que há de regressar de seu repouso em um país distante. Cita, por exemplo, o mito do Encoberto, a demanda do Preste João, sem, sequer, citar Portugal.

Para Lima de Freitas, “Tudo se passa como se Portugal fosse invisível, escapando permanentemente à atenção dos pensadores e pesquisadores europeus. Mais do que o fruto de um acaso ou a consequência de circunstâncias políticas recentes, queremos ver

² A lenda a respeito de um Reino fantástico governado por um Imperador Cristão surgiu por volta de 1144. Segundo relata Otto Von Freising na sua *Chronica*, que se encontrara em Roma, com o Bispo sírio, Hugo Von Gabala, enviado ao papa pelas igrejas armênicas, que lhe falara de um padre e rei que vivia em terras além da Pérsia. Esse mesmo Rei teria feito guerra à Pérsia e, após o seu término, com grande sacrifício havia saído em socorro de Jerusalém, o que não ocorreu devido às inúmeras dificuldades. Este a quem chamavam de Presbítero João, se dizia descendente dos Reis Magos, pertencia à seita dos nestorianos.

MITOS, TRAUMAS E UTOPIAS: DINAMISMOS DA HISTÓRIA PORTUGUESA E RECEPÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO

Roberto Nunes Bittencourt

em tudo isso um sinal” (FREITAS, 2006, 123). Fica, porém, ainda a – persistente – pergunta: Que *intencionalidade* se esconde por trás deste *silêncio*?

Rejeitando o materialismo histórico em favor de uma História Invisível, Lima de Freitas (2006, p.78) entende que o que provoca a História é “fundamentalmente a produção e troca de mitos, de idéias”. É de Lima de Freitas um neologismo – o “Mitolusismo” – cunhado em 1987. Sobre o tema, o mestre pintou um bom número de quadros, que ficaram expostos na Galeria Gilde, em Guimarães, de 31 de outubro a fins de dezembro de 1987. Ali estavam presentes, para citar alguns, o reino mítico de Preste João, o mito sebastianista com o “Encoberto”, a Rainha Santa Isabel com “O milagre das rosas”, a paixão de Inês e Pedro com “Até a fim do mundo”. Imagens que marcaram – e marcam ainda profundamente – o imaginário português. Os mitos encerram, portanto, uma simbologia essencial, a partir da qual cada povo escolherá o seu modelo, vestido de acordo com a raiz cultural em que se assenta. Por isso, ao atestar a universalidade dos mitos, dirá Lima de Freitas (2006, p.76) que estes são “arquetipos que governam os homens”, constatando que

A Península é o resultado de camadas de subscientes muito variadas: nórdicos, celtas, árabes, com todas essas moiras encantadas... tem, por isso, um fundo mítico muito grande; e quando afirmo que não existem mitos portugueses faço-o, evidentemente, em sentido estrito, porque existem formas tipicamente portuguesas de mitos e é através do estudo dessas formas que podemos alcançar uma possibilidade séria de autoconhecimento (FREITAS, 2006, p.77)

Para Lima de Freitas, portanto, o conhecimento da *mitografia* é a chave de velhas interrogações como “Quem somos? De onde vimos? Para onde vamos?”. Neste sentido que o imaginário português se fundamenta nos mais sólidos e sagrados princípios, tendo sido constituído a partir da Ibéria como plano de realização dos mais altos desígnios. Visão também ressaltada pelo que diz Paulo Alexandre Loução quando afirma que

Os mitos não se aniquilam: ou se concretizam, fazendo emergir uma nova realidade mítica, ou são recalçados à força para o inconsciente colectivo de um povo, tendo isto acontecido com o caso português. Quer dizer, os mitos recalçados no século XVI continuam vivos no inconsciente colectivo da população portuguesa e a dar sinais de sua presença. Uma característica do povo português é o seu universalismo, existindo nele uma apetência natural para se fundir com outros povos. (LOUÇÃO, 2007, p. 217)

É a partir dessa portugalidade de certas imagens arquetípicas que Gilbert Durand, em seu trabalho de *mitodologia* – uma orientação epistemológica com a perspectiva de se desenvolver uma abordagem científica que leva em conta o elemento espiritual e coletivo na concretude da realidade imediata –, desenvolve uma minuciosa mitoanálise da *psique* portuguesa, ao enunciar quatro mitologemas – estruturas quase formais de um mito ou de uma sequência de mitos –, todos eles convergindo para o “absoluto *exotismo* do imaginário” (DURAND, 2008, p.34). Referindo-se às imagens recorrentes da tradição mítica portuguesa, Durand classifica os mitologemas em quatro grupos; o “Fundador vindo de fora”, a “Nostalgia do impossível”, o “Salvador oculto” e a “Transmutação dos atos”.

O primeiro, sobretudo, é marcado pela navegação: o fundador pré-cristão Luso; Ulisses, fundador de Lisboa, a Ulissipona; ou a lenda de São Vicente mártir, trazido pelo mar até ao Algarve, guardado por dois corvos gigantes, em uma navegação fúnebre. Sobre este aspecto, destaca Lima de Freitas:

S. Vicente, ao chegar por mar ao Algarve e depois a Lisboa, marca bem a vocação mortal do Ocidente, da extrema ocidental onde a terra acaba (o sólido, o manifestado, o consciente, o diurno) e o mar começa (o líquido, o latente, o inconsciente, o nocturno). Caso restassem dúvidas aí estão os corvos, a ave negra da **nigredo** alquímica, os ‘vicentes’ da gíria lisboeta, o **cor-beau** da ‘langue verte’ dos argóticos (os da arte ‘gótica’) que tão belamente exprime o corpo tisonado pelo fogo, reduzido a uma espécie de pura antracite cujas escórias estão já consumidas e que é tudo o que resta do ‘velho Adão’ após a primeira morte ou consumação pelo fogo alquímico, resíduo negro do volátil, matéria prima ou caroço da quadratura ou corpo belo de que poderá partir-se para a ulterior sucessão de sublimações, precipitações e operações conducentes à obra branca e à rubificação. O **corvo** é ainda, por cabalística fonética, o coração que é o vaso purificado pela renúncia aos pensamentos mundanais e pela morte iniciática (FREITAS, 2006, p. 175, grifos do autor)

Também sobre o mar, diz o *Dicionário de Símbolos*, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant:

Tudo sai do mar e tudo regressa a ele: lugar dos nascimentos, das transformações e dos renascimentos. Águas em movimento, o mar simboliza um estado transitório entre os possíveis ainda informais e as realidades formais, uma situação de ambivalência, que é a da incerteza, da dúvida, da indecisão e que pode terminar bem ou mal. Daí vem que o mar é ao mesmo tempo a imagem da vida e da morte. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1994, p. 592)

MITOS, TRAUMAS E UTOPIAS: DINAMISMOS DA HISTÓRIA PORTUGUESA E RECEPÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO

Roberto Nunes Bittencourt

Sobre a simbologia do mar, é o que diz, em outras palavras, um texto gravado em uma placa de pedra, exposta no Museu de Ouro de Bogotá, proveniente dos Índios Kogui das costas da Colômbia, perto de Cartagena: “No começo era o mar. Todo o resto era negro e vazio. O mar era o pensamento e a memória. Ele era a respiração do futuro” (FREITAS, 2006, p. 187). Evocar o mar é, também, pensar no simbolismo da barca e da navegação, na viagem. E, por isso, dirá Vergílio Ferreira:

Penso num dos mitos mais antigos da cultura ocidental e que Homero nos fixou. A viagem. Ele não é naturalmente só nosso. Mas foi sobretudo em nós que ele respondeu ao que lhe é consubstancial, ou seja, à inquietação. É uma inquietação que se não sabe verdadeiramente que existe senão depois de se ter cumprido no impossível repouso da chegada. [...] O percurso dos descobrimentos teve um ponto de partida, mas não poderia jamais ter um ponto de chegada. Porque a própria viagem de circum-navegação não fechou o termo da procura, mas foi apenas o início da que fosse além da Terra para atingir o seu limite no sem-limite de espaços (FERREIRA, 1995, p. 35).

Na dinâmica de imagens que evoca, como a do abismo e a do nascimento-morte – e pensando no mitologema de Durand –, a travessia e o barco assumem uma função iniciática. Daí emergir Saturno das profundezas do mar, como seu berço; é pela construção da arca que Noé se salva da fúria divina manifesta no dilúvio; Pedro, pescador e apóstolo, erige a igreja de Cristo como a barca salvadora.

O segundo mitologema traz à luz lendas ligadas ao nostálgico desejo do impossível. No amor, é ilustrado por Sórora Mariana Alcoforado que, no convento de Beja, teria escrito as apaixonadas *Lettres* ao seu amado Chamilly; e, história ímpar na cultura portuguesa, as páginas dos trágicos amores de Inês de Castro e o Infante Pedro de Portugal. Como destaca Lima de Freitas,

A Nostalgia do Impossível marca, certamente, o ciclo tão português dos amores de Pedro e Inês, a *mísera e mesquinha que depois de morta foi rainha* cantada por Camões, paixão que tem inspirado tantos escritores, poetas e dramaturgos dentro e fora de Portugal, de Resende, António Ferreira e Houdar de la Motte, a Bocage, Bowyer, António Patrício, Lopes Vieira, Henry de Montherlant; paixão que erremete contra a lei da morte e, sem se deixar paralisar pelo delírio do macabro, leva a saudade apunhalante do ser amado e do bem perdido até à loucura ressurrecional que a transforma em união mística e transcendente (FREITAS, 2006, p. 89)

Neste sentido, a desilusão amorosa de Sórora Mariana e os amores de Inês e Pedro encarnam a força simbólica de um dos mitos eternos da humanidade: o amor que resiste ao tempo e recusa a morte. Na empreitada guerreira, destaca-se o nome do jovem condestável de 24 anos Nuno Álvares Pereira que na proporção de um para dez, arrebatou, decisivamente, a vitória de Aljubarrota – onde ainda hoje se eleva a Igreja de Santa Maria da Vitória, ou da Batalha. Lima de Freitas ainda acrescenta que

O milagre da ressurreição que nimba a figura do Mestre Roseacruz da *Fama Fraternitatis*, que Fernando Pessoa exalta, *calmo na falsa morte e a nós exposto, o Livro ocluso contra o peito posto*, assim *portugalizando* pela via poética um mito iniciático que Valentim Andreae articulava no século XVII em língua alemã (FREITAS, 2006, p. 90-91).

O mitologema do “Salvador oculto”, do rei que espera a hora do regresso é, para Durand (2008, p.28), “cenário quase universal”. É Paraçu-Rama dos hindus escondido no Mahendra; Holger, mítico rei dos dinamarqueses, adormecido em uma câmara subterrânea debaixo do castelo de Kronborg; na tradição celta, o rei Artur, encoberto na Ilha de Avalon. Na tradição portuguesa, ocupa este lugar arquetípico D. Sebastião, o Encoberto, rei que desaparece a 4 de agosto de 1578, em Alcácer-Quibir, na cruzada contra os mouros.

Por trás do Herói prometido, no Restaurado das nações e dos mundos, perfila-se o mito de Saturno, na perdida Idade do Ouro que voltará no fim dos tempos, do Milénio profetizado por João em Patmos e pelo abade Joaquim, que tanto ecoou em Portugal. E temos aí a emergência lusa e universal (tão lusa na sua universalidade, tão universal no seu lusitanismo) do fascinante Preste João das Índias, Rei do Mundo até a vinda do Paraclito, oculto algures *na confluência dos mares*, no palácio fabuloso do Graal guardado pelo Sol e pela Lua... (FREITAS, 2006, p. 90)

Dalila Pereira da Costa aponta para um sentido alquímico da presença sebástica no imaginário cultural português ao dizer que

O Sebastianismo é sempre inseparável dos Descobrimientos: como segundo ato dum drama ou ritual nacional. Porque, após o descobrimento do caminho para as Índias, como aquelas que em si detinham o prestígio do **centro**, este posteriormente ter-se-ia deslocado e encarnado na Ilha do Encoberto. Ela será desde então, misticamente, como o umbigo do mundo, a realidade suprema e supremamente desejada. A que flutua nas águas primordiais — tal outro lótus sagrado de onde nasce Brama. Receptáculo de vida. Porque aqui, para a alma portuguesa, será acaso a realidade da ilha, a que em si detém todo o valor e função e prestígio do centro, tal como

MITOS, TRAUMAS E UTOPIAS: DINAMISMOS DA HISTÓRIA PORTUGUESA E RECEPÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO

Roberto Nunes Bittencourt

foi a **rosa** para o Ocidente e o lótus para o Oriente: será ela a flor secreta. A que no seu interior, no mais profundo das suas pétalas, concebe, encobre e protege o Salvador do mundo. Ela, a **Rosa Mística** (COSTA, 1978, 140-141).

O quarto e último mitologema, o da “Transmutação dos atos” – ou transmutação paraclética do mundo, como também lhe chama Durand –, refere-se ao milagre da transformação da água em vinho ou do pão dos pobres em rosas. No imaginário português, destaca-se a taumaturgia da Rainha Santa Isabel, mulher de D. Dinis. Ela que, à semelhança de Isabel da Hungria e de Rosa Viterbo – duas santas, ambas da Ordem Terceira de São Francisco –, transmuta, milagrosamente, pão em rosas e rosas em pão para os pobres. Para Gilbert Durand:

O cenário mítico estava, assim, pronto para que os Franciscanos pudessem integrar as taumaturgias da transmutação da rainha de Portugal, filha do rei de Aragão, Isabel, a “rainha Santa”, que nasceu em 1271 e morreu, simples Clarissa, em 1337: milagre do pão transformado em rosas, e também o milagre inverso, das rosas transformadas em pão para os pobres; e, ainda, o milagre quase crístico – tendo-lhe o seu confessor aconselhado a temperar a sua penitência bebendo um pouco de vinho – da água milagrosamente convertida em vinho. Mas acima de tudo interessa sublinhar que se trata da *Rainha* de Portugal e igualmente uma santa de grande devoção do país. Qual o sentido que podemos dar a esta insistência franciscana em fixar a taumaturgia das rosas e do vinho, e em atribuí-la à Rainha Santa, Rainha de Portugal? Penso que é necessário dar a estas transformações o sentido que o hagiógrafo dava à lenda de Isabel da Hungria e da Tarúncia: ver rosas em lugar do pão, ver o sangue de Cristo em lugar do vinho, é ver “com os olhos da alma” – “*per interiores oculos*” (DURAND, 2008, p. 33).

É o mitologema inspirador de todas as descobertas, cujo objetivo era encontrar o reino do Preste João, influenciado, sobretudo, pela instauração em Portugal por D. Dinis e pela Rainha Santa do culto do Espírito Santo.

No seu primeiro de três volumes acerca dos descobrimentos portugueses, Jaime Cortesão (1990), ao analisar as navegações para além de fatores geográficos, políticos e econômico-sociais sugere que os Descobrimentos participam de um longo processo espiritual que visa, tanto ao conhecimento científico do planeta quanto ao seu enquadramento no Universo, o que, de fato, se percebe no projeto dos Alcobacenses, na

figura de Frei Bernardo de Brito, que se propunham à redação da História de Portugal desde a sua gênese: a criação do mundo.

Nos quatro mitologemas, Gilbert Durand destaca a paixão do além como traço marcante do imaginário português. Seja nos mitologemas do “Fundador vindo de fora” ou do “Salvador oculto” – este um eco daquele –, seja nos outros dois, o que há é uma fé em um além absoluto, apontando, justamente, para a possibilidade do impossível. Assim, diz o antropólogo que

[...] todos os sonhos com asas de caravelas levantam voo na alma portuguesa: apostolado franciscano e mais tarde jesuíta, sonho grandioso do joaquimismo, cavalgada de cavaleiros em perseguição dos mouros (primeiro no solo ibérico), depois os cavaleiros que se tornaram marinheiros, passando para lá de Gibraltar, de Cabo Verde e da Boa Esperança, dando ao mundo todos os inesgotáveis mundos de aventura e de sonho, oferecendo – “até ao fim do mundo” de terra e de pedra – a esperança dos mundos e o eterno convite à viagem (DURAND, 2008, p.34).

Sérgio Franclim (2009, p. 13) – para quem os “mistérios de uma nação são por vezes demasiado densos para que possam ser dissecados e compreendidos à luz de questões materiais” – desenvolve um interessante estudo a respeito da mitologia portuguesa, dos mistérios e das figuras ímpares da História de Portugal, ressaltando, sobretudo, o destino divino que a pátria portuguesa sempre reclamou para si, como povo eleito, desde a aurora da nacionalidade. Diante de um processo a que chama verticalização da Lusitânia – caracterizada como a aglomeração de uma experiência coletiva – Franclim (2009, p. 11) destaca que Portugal é “o ressurgimento daquilo que foi a Lusitânia”.

Adotando uma perspectiva espiritual, Franclim divide a história de Portugal em cinco ciclos, ressaltando que se vive hoje o quarto, sendo o quinto, ainda, uma promessa. Mas, como destaca,

Tal divisão é meramente simbólica e está intimamente ligada aos acontecimentos que consideramos mais significativos para que se possa compreender a importância de Portugal perante o Mundo e perante o destino da humanidade. No final de cada um dos quatro primeiros ciclos, domina a ideia de destruição da pátria. Além disso, cada um dos ciclos está intimamente ligado á ideia de iniciação. [...] Cada fase da história portuguesa, simbolicamente dividida, tem um período em que a nacionalidade portuguesa é posta em causa. (FRANCLIM, 2009, p. 11)

MITOS, TRAUMAS E UTOPIAS: DINAMISMOS DA HISTÓRIA PORTUGUESA E RECEPÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO

Roberto Nunes Bittencourt

Desta maneira, o primeiro ciclo iniciático – em que o poder ideológico dominante é o dos reis – inicia-se em 1140, ano em que D. Afonso Henriques passa a assinar seus documentos como rei, perdurando por 245 anos, sendo que a prova iniciática se dá com a morte de D. Fernando I, em 1383 – a simbólica descida aos infernos, de qua falam René Guénon³ e Sérgio Franclim⁴ – para, em 1385, com a Batalha de Aljubarrota, iniciar-se a ascensão de Portugal no início de um novo ciclo. Este, com o poder ideológico do clero, que durou cerca de 255 anos – de 1385 a 1640 – e cuja descida aos infernos e a ascensão são marcadas pelo desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer-Quibir e a restauração da independência (1578-1640). Durando cerca de 250 anos, de 1640 a 1890, e tendo como poder ideológico dominante o do povo, o terceiro Ciclo se consolida – com o segundo – como cerne do messianismo português, sobretudo ao se pensar no sebastianismo que florescia cada vez mais diante de um Império então em ruínas. Portugal perde, afinal, sua autonomia em Alcácer-Quibir e, por longos sessenta anos, põe-se à sombra da coroa espanhola, com a geração filipina⁵. Trata-se, aliás, do primeiro de um conjunto de atos que culminam, no final do século XIX, com o Ultimato, conforme destaca Sérgio Franclim,

A escuridão que envolve Portugal é enorme. Nessa escuridão, mescla-se o nevoeiro sebástico. Nesse nevoeiro, vagueiam portugueses de outrora, mantendo viva a chama da Mitologia Portuguesa. A escuridão é enorme, mas já renascem verdadeiros portugueses, espiritualmente superiores, aptos a erigir a portugalidade no verdadeiro caminho. Hoje, o Tejo está coberto de nevoeiro e os sonhos estão sustidos sobre o império mais perfeito de Deus: aquele que será o Quinto e perfeito por ser contrário a todos os outros, pois terá o espírito de Deus a torná-lo eterno na imensidão do universo. Este é o sonho do Quinto

³ Como aponta René Guénon (1995, p. 54): “Sendo a verdadeira iniciação uma tomada de posse consciente dos estados superiores, é fácil compreender que ela seja simbolicamente descrita como uma ascensão ou uma ‘viagem celeste’; mas poder-se-ia perguntar porque é que essa ascensão deve ser antecedida por uma descida aos infernos. [...] essa descida é como uma recapitulação dos estados que precedem logicamente o estado humano, que determinaram as suas condições particulares e que devem, assim, participar na ‘transformação que se vai efectuar.’”

⁴ Para Franclim (2009, p. 13), sendo a história de Portugal cíclica e cada Ciclo uma recapitulação dos anteriores, a descida aos Infernos constitui “a contínua purificação da nação”.

⁵ Formulado pela primeira vez nas *Trovas* do sapateiro Gonçalo Anes, o Bandarra, em meados do século XVI, o mito de um rei Encoberto e salvador reapareceu durante o período filipino na sua forma sebástica. Após a Restauração, o padre António Vieira continuou a divulgação dos textos de Bandarra, ampliando a profecia à ideia de um Quinto Império português, em que se cruzavam temas históricos e bíblicos. Depois de D. João IV, o rei Encoberto foi sucessivamente identificado com D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V, reaparecendo no contexto das invasões francesas e no miguelismo. O sebastianismo assumiu importância ímpar, expressando o desejo persistente de libertação da miséria e opressão cotidianas.

Império: português e universal; português e espiritual (FRANCLIM, 2009, p. 187).

Com as invasões francesas em 1807, Portugal prova uma nova descida aos infernos, tendo início a destruição da monarquia e a incapacidade de ser independente diante do estrangeiro. Com o poder ideológico dominante dos poetas⁶, em 1890 Portugal tem sua quarta Iniciação que, seguindo a média dos anteriores, durará cerca de 250 anos. Será, então, o ano de 2140 – com o poder espiritual – o da implantação do Quinto Império após 1000 anos de Portugal?

Assim, os principais mitos culturais de Portugal procuram justificar a aventura portuguesa, no âmbito de uma aventura maior, a humana, movida por uma missão universalista. Desta maneira, tem-se o sebastianismo, o Quinto Império – tão preconizado pelo Padre António Vieira e por Fernando Pessoa, e a Idade do Espírito Santo, nas ideias Agostinho da Silva, que enfatizam o papel de Portugal como líder na construção de uma sociedade de nações messiânica e providencial.

Esta vocação plasmou-se em tempos na revista *A Águia*, que retomava as reflexões dessas e de outras figuras importantes da cultura portuguesa sobre o tema e que veio encontrar eco na primeira década do século XXI com a *Nova Águia*, que ressurgiu com a proposta de se “repensar desde a raiz o sentido de Portugal e da cultura portuguesa lusófona [...] para propiciar a emergência de uma nova consciência das possibilidades da nação, da lusofonia e da humanidade” (BORGES, 2008, p. 5). Fala-se, novamente, no destino grandioso de Portugal e da comunidade lusófona; dos mitos e das profecias como indicadores de uma vocação portuguesa como nação que se auto-elege para as cumprir.

Eduardo Lourenço, ao refletir sobre a alma nacional, o sentimento português, e a identidade cultural, mostra que tais questões constituem uma preocupação dos grandes escritores portugueses, quando, ao escrever, indagam-se o que é Portugal e o que significa ser português. Em dois de seus livros – *Nós como futuro* (1997) e *Mitologia da Saudade* (1999) –, põe em questão o culto da nação portuguesa ao passado. Para o autor, “nenhum povo vive no passado como Portugal” (LOURENÇO, 1997, p. 19). A memória coletiva e a sua constante revisitação do passado coletivo é, conforme ressalta

⁶ Diz Franclim (2009, p. 152): “A 4ª Iniciação de Portugal começou a se definir com o Ultimato Inglês e com a implantação da República; é um ciclo impreciso, em que se confundem, em certa medida os três estados sociais: a nobreza, o clero e o povo e em que há uma certa dispersão, principalmente porque ainda nos situamos nele. o poder dominante da portugalidade é, contudo, dos poetas”. O autor destaca, sobretudo, o recrudescimento do sebastianismo: mais que D. Sebastião histórico, o que prevalece é o D. Sebastião metafísico.

MITOS, TRAUMAS E UTOPIAS: DINAMISMOS DA HISTÓRIA PORTUGUESA E RECEPÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO

Roberto Nunes Bittencourt

Eduardo Lourenço, uma das peças importantes que encaixam no processo de autognose nacional, como a forma segundo a qual a pátria constrói os seus modelos identitários a partir do difícil equilíbrio entre o passado/memória e o futuro/destino, quando entre elas há um presente de crise. Percebe-se, assim, nos contextos históricos, tentativas frustradas de superação de um *déficit* de identidade nacional através de uma identidade projetada e fantasiosa. É o que Eduardo Lourenço chamaria de *hiperidentidade mítica*.

A característica insatisfação é resultado de um sentimento de ainda não ter cumprido plenamente algo a que Portugal crê estar destinado provocando um forte desânimo que não é mais do que o estado de alma experimentado nos momentos de crise anímica profunda, pela ausência de ideais, de motivações, tendo em conta, ainda, um descontentamento em relação a si mesmo julgando-se, no momento, incapaz de aferrar-se ao destino para o qual foi forjado. Sendo o passado essencial ao sentido de identidade individual e coletiva, em vez do desejo de subverter as memórias traumáticas, devia se verificar a vontade de as integrar harmoniosamente no conjunto das dores de crescimento. Depois do passado nacional e de um presente de crise, tem-se a ideia de destino como terceiro aspecto deste paradigma identitário português.

É por isso que Eduardo Lourenço crê que o universo cultural português arrasta, há mais de quatro séculos, uma existência crepuscular. Após uma era gloriosa de descobrimentos e expansão, reserva-se para esse passado um sentimento de saudade, decorrente da incerteza de que os tempos egrégios talvez nunca mais vão se repetir. Pela saudade projeta-se no futuro o resgate das glórias do passado. É justamente este sentimento que cria uma identidade portuguesa a partir das figuras mitificadas. Para Eduardo Lourenço (1999, p. 13), “a saudade não foi mais que a expressão do excesso de amor em relação a tudo o que merece ser amado”. E, então, conclui que

Com a saudade não recuperamos o passado como paraíso; inventamo-lo. O nosso povo, imemorialmente rural, absorvido por fora em afazeres desprovidos de transcendência, mas levados a cabo como uma epopeia, com seu talento do detalhe de miniatura é um povo sonhador. Não especialmente por ter cumprido sonhos maiores do que ele, mas porque, no fundo de si, ele recusa o que se chama a realidade. (LOURENÇO, 1999, p. 14)

Dessa forma, a saudade é um afeto que direciona o enfoque de um indivíduo para o passado radiante e idealizado, sem que, contudo, o instigue a viver criativamente no

presente, pois o indivíduo saudoso tende a considerar como valoroso, sobretudo aquilo que faz parte do passado longínquo. Para António Cândido Franco, “é uma saudade quase gnóstica, uma saudade luminosa doutra matéria qualquer que não sabemos qual é. Uma ânsia, uma aspiração, um desejo de infinito” (FRANCO, 2002, p. 140).

No contexto português, as promessas não realizadas do Império – o passado heroico e o futuro desejado – tornam-se elementos-chave para a explicação de uma existência *carente* e uma *fraqueza nacional*. Além disso, Eduardo Lourenço ressalta que a saudade revela o sentimento de fragilidade nacional, que se converte num dom, numa espécie de “providência divina”, fazendo de Portugal “expressão da vontade de Deus” e configurando sua existência mítica, de predestinação messiânica, como “povo eleito” de “barões assinalados”, como cantou Camões. É o que leva Eduardo Lourenço a dizer que

[...] a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, *era termos sido*. E dessa ex-vida são *Os Lusíadas* a prova de fogo. O viver nacional que fora quase sempre viver sobressaltado, inquieto, mas confiado e confiante na sua estrela, fiando a sua teia da força do presente, *orienta-se nessa época para um futuro de antemão utópico pela mediação primordial, obsessiva do passado*. Descontentes com o presente, mortos como existência nacional imediata, nós começamos a sonhar simultaneamente o futuro e o passado (LOURENÇO, 2007, p. 22, itálicos do autor).

Tal projeção do passado no futuro é recorrente no imaginário português, refletindo, principalmente, na constante ressignificação dos mitos fundadores, como a crença no “destino imperial”, além de toda a esperança em torno da mitologia do Quinto Império e do “Desejado”, além, também, do “Milagre de Ourique”. A ideia de “povo eleito” seria confirmada através do papel desempenhado por Portugal nos séculos XV e XVI, no período das navegações: o de descobridor de novas terras e de novos céus, desempenhando papel fundamental na formação da identidade nacional, resultando, daí, a crença num “destino nacional”. Para Dalila Pereira da Costa,

Quando Portugal iniciar este trabalho de exegese simbólica de sua cultura, descendo ao mais fundo da sua alma, desvendando e possuindo seus arquétipos, como suas forças criadoras, as mais interiores, primevas e irredutivelmente nacionais, ele possuirá desde então também sua capacidade de se abrir ao mais exterior, actual e universal. Exterior e interior, passado e futuro, fazendo parte desde então para ele de uma unidade indivisa. [...]

Será esse o segundo ciclo da Descoberta, agora proposto, a si aberto, como descida, entrada e desvendamento do Mar Tenebroso. Agora, tudo se fazendo na interioridade, os monstros a vencer estarão na sua

MITOS, TRAUMAS E UTOPIAS: DINAMISMOS DA HISTÓRIA PORTUGUESA E RECEPÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO

Roberto Nunes Bittencourt

alma, ‘num mar sem tempo nem espaço’: não mais projectados num mar exterior.[...] (COSTA, 1989, p. 287-288).

É a constante reelaboração dos mitos que os faz permanecerem no imaginário português, assumindo diferentes roupagens de acordo com condicionamentos histórico-político-culturais. A língua e a literatura, principalmente, revisitam certas figuras que, sendo históricas, transcendem a própria historicidade, retornando na Literatura já como parte da própria identidade cultural portuguesa. Não se pode descurar o fato que é pelo imaginário – esse museu de imagens – que se atinge não só a mente de um povo, mas também o seu coração, os medos e as esperanças. Trata-se, em suma, de um processo de definição da própria identidade nacional. No caso específico de Portugal, inscrever, no texto literário, figuras como Viriato, Afonso Henriques, D. Sebastião, Isabel de Aragão e Inês de Castro, só para citar alguns, é uma forma de escrever o *ser* português. Assim, pela fecundação de figuras míticas, Portugal revê seu passado, faz o presente, projeta o futuro, procura escrever seu destino.

A partir de tal perspectiva, Eduardo Lourenço pensa Portugal como uma nação que se volta à sua História no sentido de buscar um sustento ontológico, capaz de suportar esse desconhecimento. Pela literatura reescreve-se a história, inventa-se a pátria. Assim, o povo busca no passado – talvez bastante distante – uma segurança, uma estabilidade simbólica. E esse passado português, visto pelos próprios portugueses, chega a ser mítico. Por isso, há que se pensar à luz do que diz Lima de Freitas, quando afirma que: “Cada poeta, cada nação, cada modo de sentir terá de traduzir o mito sem tempo para a inteligência do seu tempo. Sob pena de perder a identidade de nação e de perder o sentido” (FREITAS, 2006, p. 91).

Nesse contexto, portanto, é que diversos autores aventuraram-se no espaço denso dos símbolos e dos mitos nacionais. Poetas, romancistas e dramaturgos que, pelas vias da memória, buscavam as mais profundas raízes dum lusitanismo intimista, que do passado fizeram emergir vultos heroicos, e pelo sentimento saudoso – ou, mesmo fatalista – quiseram fazer renascer a energia e a alma da nação. Vê-se, assim, que a produção literária portuguesa vai, a cada época e em diversos estilos literários, afirmando seus próprios mitos – ou, para dizer como Lima de Freitas, mais exatamente – a forma portuguesa de perceber, de interpretar os mitos.

Referências

- CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. Tradução de Tomas Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Tradução de Vera da Costa e Silva et al. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1994.
- COSTA, Dalila Pereira. *A Nau e o Graal*. Porto: Lello & Irmão, 1978.
- _____. *A ladainha de Setúbal*. Porto: Lello & Irmão, 1989.
- DURAND, Gilbert. *Portugal: Tesouro Oculto da Europa*. Tradução de Lima de Freitas et alli. Lisboa: Ésquilo, 2008.
- _____. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Tradução de Hélder Godinho. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Tradução de Manuela Torres. Lisboa: Edições 70, 1989.
- FERREIRA, Vergílio. “Do impossível repouso”. In. *Vergílio Ferreira: cinquenta anos de vida literária*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1995.
- FRANCLIM, Sérgio. *A Mitologia Portuguesa segundo a História Iniciática de Portugal*. Parede: República dos Livros, 2009.
- FREITAS, Lima de. *Porto do Graal*. Lisboa: Ésquilo, 2006.
- GUÉNON, René. “O Rei do Mundo”. Tradução de Lima de Freitas. In. *Dhâranâ* n° s 24-25 (janeiro a dezembro de 1964) – Ano XXXIX, 1995.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*. Tradução de António Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, 1987.
- LOUÇÃO, Paulo Alexandre. *A Alma Secreta de Portugal*. 4. ed. Lisboa: Ésquilo, 2007.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Gradiva, 2007.
- _____. “O livro e a literatura”. In. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n° 872, de 3 a 16 de Março, 2003.
- MACEDO, António. “À conversa com... António Macedo”. In. *Lusophia: Espiritualidade, Cultura e Tradição*. Entrevista concedida a Sérgio S. Rodrigues e Miguel Campos-Reis. n. 44, set. 2003. Disponível em <http://aeterna.no.sapo.pt/lusophia/lusophia44-am.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2006.
- MATTOSO, José. *A Identidade Nacional*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

**MITOS, TRAUMAS E UTOPIAS: DINAMISMOS DA HISTÓRIA
PORTUGUESA E RECEPÇÃO NO UNIVERSO LITERÁRIO**

Roberto Nunes Bittencourt

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da Tragédia ou helenismo e pessimismo*. Trad. de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PASCOAES, Teixeira de. *Os poetas lusíadas*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1987.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Tradução Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.